

Termo de Referência 44/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2025	389455-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - RJ	MARIA LUIZA MASSA GOMES OLIVEIRA	14/05/2025 14:35 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC  
LICITAÇÃO  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ  
Processo Administrativo nº 25/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LAVAGEM DE VEÍCULOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total do Item	Taxa de Serviço	Valor Taxa de Serviço	Valor Total (Item + Taxa de Serviço)
01	01	Gasolina	Litros	37.000	R\$ 7,79	R\$ 288.230,00	1,75 %	R\$ 5.044,03	R\$ 293.274,03
	02	Etanol	Litros	5.000	R\$ 5,49	R\$ 27.450,00		R\$ 480,38	R\$ 27.930,38
	03	Lavagem	Serviço	60	R\$ 50,67	R\$ 3.040,20		R\$ 53,20	R\$ 3.093,40
Valor Global									R\$ 324.297,81

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.2.1.** Embora o objeto desta contratação envolva a disponibilização de rede credenciada para o abastecimento de combustíveis (gasolina e etanol) e para a lavagem de veículos da frota oficial do CRF-RJ, o que se está efetivamente contratando é um serviço especializado de gerenciamento e controle informatizado dessas operações, prestado por empresa intermediadora, e não a aquisição direta de combustíveis ou lavagens.

**1.2.2.** A dinâmica operacional consiste na utilização de um sistema informatizado, disponibilizado pela contratada, que integra e gerencia uma rede de prestadores previamente credenciados, por meio de cartões. Os serviços de abastecimento e lavagem são realizados diretamente nesses pontos pela rede credenciada, mediante autorização eletrônica do sistema de gestão. Os custos dessas operações são inicialmente arcados pela contratada, sendo posteriormente consolidados e reembolsados pelo contratante com base nos relatórios gerenciais emitidos.

**1.2.3.** Portanto, o foco da contratação não está na entrega de produto (combustível ou lavagem), mas sim na prestação de um serviço de gestão centralizada, que inclui:

- administração e controle das transações realizadas;
- manutenção de sistema informatizado de acompanhamento em tempo real;
- geração de relatórios por veículo, usuário, tipo de operação e período;
- aplicação de limites de uso e controle por perfil;
- atendimento técnico e suporte operacional;
- cobertura de rede de prestadores compatível com a necessidade institucional.

**1.2.4.** Esse modelo é enquadrado juridicamente como prestação de serviço continuado com pagamento variável, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021. A contratada assume a responsabilidade pela operação logística e tecnológica que possibilita o controle eficiente dos gastos com abastecimento e lavagem da frota, garantindo ao contratante segurança, transparência, rastreabilidade e otimização de recursos.

**1.2.5.** Assim, ainda que os quantitativos de combustível e lavagens sejam estimados neste TR para subsidiar a estimativa de despesa e o planejamento da contratação, eles não caracterizam aquisição direta de insumos, mas sim referências operacionais para dimensionar o serviço de gerenciamento a ser prestado.

**1.3.** Define-se como critério de classificação a **menor taxa de serviço**, admitindo-se, no máximo, **1,75%**, baseada na pesquisa de preços.

**1.4.** O percentual de taxa de serviço ofertado será fixo e irrevogável durante toda a vigência contratual.

**1.5.** O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por **até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.6.** O sistema tecnológico a ser fornecido e implantado deverá ser constituído de um aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços, integrado a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.

**1.7.** Este serviço é enquadrado como continuado.

**1.7.1.** A contratação de empresa especializada para gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos configura-se como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade permanente, regular e

ininterrupta de atendimento às demandas operacionais do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

**1.7.2.** A frota oficial do Conselho é utilizada diariamente para o desempenho de atividades institucionais, como fiscalização, transporte de servidores em diligência, entrega de documentos e representação em eventos e reuniões, o que exige abastecimento constante e manutenção mínima dos veículos, incluindo lavagens periódicas para a conservação e apresentação adequada dos bens públicos. Trata-se, portanto, de um serviço essencial à continuidade das atividades administrativas e operacionais da entidade.

**1.7.3.** O objeto contratado compreende não apenas o fornecimento indireto de insumos, mas principalmente o acesso contínuo a uma plataforma de gerenciamento, suporte técnico, atualização de rede credenciada e controle automatizado de uso, todos componentes de um serviço que, por sua natureza, exige prestação regular ao longo do tempo.

**1.7.4.** A descontinuidade desses serviços comprometeria diretamente a logística institucional, dificultaria o controle dos gastos com a frota e aumentaria o risco de desorganização administrativa, sendo incompatível com a dinâmica operacional do CRF-RJ.

**1.7.5.** Dessa forma, em consonância com os princípios da eficiência e continuidade do serviço público, justifica-se plenamente o enquadramento da contratação como serviço contínuo, o que permite, inclusive, a celebração de contrato com vigência inicial de até 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**1.8.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** A licitação será realizada para um único serviço que contemplará abastecimento e lavagem dos veículos, formados por **03 (três) itens**, conforme tabela acima, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2.3.** A contratação dos serviços supracitados contribuem para:

**2.3.1. Operações Diárias:** Garantir que os veículos da frota estejam sempre abastecidos para as operações diárias, evitando interrupções e atrasos.

**2.3.2. Facilidade de Gestão:** Simplificar a gestão do abastecimento com serviços de combustível centralizados e contratos estabelecidos.

**2.3.3. Previsibilidade de Gastos:** Obter contratos com preços fixos ou ajustáveis que proporcionem previsibilidade e controle dos custos de combustível.

**2.3.4. Qualidade Garantida:** Assegurar que os veículos sejam abastecidos com combustíveis de alta qualidade, evitando problemas mecânicos e garantindo o bom desempenho dos motores.

**2.3.5. Serviço 24/7:** Garantir que os serviços de combustível estejam disponíveis a qualquer hora do dia, oferecendo flexibilidade para abastecer a frota conforme necessário.

**2.3.6. Preservação da Frota:** Manter os veículos limpos ajuda a preservar a pintura e o acabamento, evitando danos causados por sujeira e detritos.

**2.3.7. Aparência Profissional:** Manter os veículos limpos e bem cuidados projeta uma imagem profissional e de alta qualidade do CRF-RJ.

**2.3.8. Visibilidade e Segurança:** Limpeza regular dos vidros e espelhos melhora a visibilidade, aumentando a segurança durante a condução.

**2.3.9. Redução de Tempo de Inatividade:** Contratar serviços de lavagem que possam ser realizados de maneira rápida e eficiente minimiza o tempo de inatividade dos veículos.

**2.4.** A contratação visa dar continuidade ao serviço de administração do abastecimento e lavagem dos veículos da frota do CRF-RJ, utilizada no desempenho de suas atividades institucionais.

**2.5.** A delimitação da localização dos postos credenciados se dá em função da eficiência e da economicidade, pois a realidade do CRF-RJ exige o abastecimento dos veículos no interior do Estado e em diversos pontos da capital, visando diminuir o tempo de deslocamento para esse fim. Além disso, a possibilidade de credenciamento de diversos postos faculta a escolha de rede com o menor preço no momento do abastecimento.

**2.6.** O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

**2.7.** A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços especializados para o gerenciamento informatizado do abastecimento de combustíveis e da lavagem de veículos oficiais do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro (CRF/RJ), por meio de sistema eletrônico que permita controle centralizado, automatizado e em tempo real das operações realizadas junto a uma rede credenciada de estabelecimentos.

**2.7.1.** Trata-se de uma solução integrada, que abrange desde a disponibilização do sistema informatizado, passando pela operação regular e rastreável dos serviços de abastecimento e lavagem, até o suporte técnico e a geração de relatórios gerenciais detalhados, permitindo à Administração acompanhar e fiscalizar a execução contratual com segurança, transparência e eficiência.

**2.7.2.** No início da contratação, a empresa adjudicatária será responsável pela implantação da solução, o que inclui o cadastramento de veículos e condutores, a apresentação da rede credenciada, a parametrização da plataforma conforme as necessidades institucionais e a capacitação dos usuários indicados pela Administração. Essa etapa é essencial para assegurar que o sistema esteja plenamente funcional e adaptado à realidade operacional do CRF/RJ desde os primeiros dias de vigência contratual.

**2.7.3.** Durante a execução do contrato, a contratada deverá assegurar o pleno funcionamento do sistema, a disponibilidade de rede credenciada com cobertura geográfica adequada, a correta aplicação da taxa administrativa contratada e a disponibilização de relatórios consolidados, que permitam à Administração acompanhar em tempo real os dados de consumo, custos, frequência de abastecimento e lavagens. A execução será monitorada por servidores previamente capacitados, designados para a fiscalização e gestão contratual.

**2.7.4.** Ao final do contrato, a contratada deverá realizar a entrega de todos os registros e dados gerados ao longo da vigência, assegurando a integridade das informações para fins de

controle interno, auditoria e transição, caso seja necessária nova contratação. Não haverá necessidade de transferência de infraestrutura tecnológica, visto que a solução será contratada como serviço, sem aquisição de bens permanentes, o que reduz custos de manutenção, desmobilização e obsolescência.

**2.6.5.** A solução, portanto, cobre todo o ciclo de vida do objeto — implantação, operação, acompanhamento, encerramento e possibilidade de substituição futura — com foco na economicidade, rastreabilidade, padronização de procedimentos e desoneração da estrutura administrativa do CRF/RJ, o que a torna adequada, eficiente e alinhada aos princípios da boa governança pública.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3.2.** A atividade finalística do CRF-RJ envolve deslocamentos para diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, onde destaca-se a sua dimensão geográfica, desta forma, a CONTRATANTE deverá ter capacidade para atendimento, com rede credenciada ampla, alcançando as principais regiões do Estado.

**3.3.** Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

**3.4.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**3.5.** Os serviços deverão obedecer rigorosamente:

**3.5.1.** Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;

**3.5.2.** Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

**3.5.3.** Às disposições legais federais, e distritais pertinentes;

**3.5.4.** Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;

**3.5.5.** Às normas técnicas específicas, se houver;

**3.5.6.** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;

**3.5.7.** Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

**3.6.** Os serviços desta contratação deverão seguir as seguintes especificações técnicas informadas:

**3.6.1.** A CONTRATADA deverá proceder a implantação de sistema integrado com uso de tecnologia de identificação eletrônica e senhas de acesso, visando à execução e controle eficientes do gerenciamento da frota com fornecimento de combustíveis.

**O sistema de Gestão deverá:**

**3.6.1.1. Ser via WEB (online);****3.6.1.2. Permitir:**

- a. Gerência de cada cartão com a visualização de saldo em tempo real;
- b. Alteração de quantidade de litros e valor limite de cada veículo;
- c. Inclusão de cartão novo;
- d. Emissão de segunda via de cartão;
- e. Bloqueio e desbloqueio de cartões;
- f. Inclusão de novos veículos;
- g. Inclusão, edição e exclusão de motorista;
- h. Reset de senha e Inclusão de senha nova do motorista;
- i. Extrato mensal de abastecimento individual de cada veículo e Geral da frota de veículos em planilha do Excel;
- j. Relatório de Últimas transações em tempo real;
- k. Relatório de transação inconsistente, rejeitada/bloqueada em tempo real;
- l. Relatório de consumo.

**3.6.1.3.** O sistema de Gestão deverá possibilitar o acesso do Gestor, Cogestor e Auxiliar a um link restrito, através de login e senha para que estes possam administrar o sistema em tempo real.

**3.6.1.4. Senha para liberação dos abastecimentos.**

- a. A senha para liberação dos abastecimentos nos postos será individual, intransferível para cada motorista cadastrado no sistema online.
- b. O cartão de abastecimento não terá senha própria, ou seja, no ato do pagamento a senha a ser digitada para liberação será a do motorista, que será previamente cadastrado no sistema de gerenciamento.
- c. A senha poderá ser enviada em envelope lacrado pela administradora de cartões e endereçada a cada condutor, ou, o próprio condutor cadastra a senha.

**3.6.1.5. Não haverá limite de fornecimento de cartão magnético.**

**3.6.1.6.** A contratada deverá possuir central telefônica, disponível durante as **24 horas do dia**, para atendimento em auxílio aos motoristas e aos servidores da Gestão do contrato, que tiverem dúvidas, ou algum problema relacionado.

**3.6.1.7.** A contratada deverá dispor de sistema auxiliar para suprir a necessidade de abastecimento das viaturas nos casos em que o sistema fique "fora do ar" (off-line).

**3.6.2. Serviço continuado;**

**3.6.3.** Rede de postos credenciados para o fornecimento de combustíveis, cobrindo com maior amplitude possível o território do Estado do Rio de Janeiro, com o quantitativo mínimo descrito na tabela abaixo:

LOCAIS		QUANTIDADE MÍNIMA DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS E ATIVOS
	Tijuca	2
	Jacarepaguá	2

RIO DE JANEIRO	Recreio	2
	Barra da Tijuca	2
	Flamengo	2
	Copacabana	2
	Méier	2
	Grajaú	2
	Catete	1
	Olaria	2
	Ilha do Governador	2
	Campo Grande	2
	Laranjeiras	2
	Bangu	2
	Pavuna	1
	Rocha Miranda	2
	Vila Isabel	1
	Rio Comprido	1
	Botafogo	1
	Del Castilho	1
	Glória	1
	Irajá	1
	Madureira	2
	Angra dos Reis	1
	Aperibé	1
	Araruama	1
	Armação de Búzios	1
	Arraial do Cabo	1
	Barra do Piraí	1
	Barra Mansa	2
	Belford Roxo	2
	Bom Jardim	1
	Bom Jesus do Itabapoana	1
	Cabo Frio	3
	Cachoeiras de Macacu	1
	Campos dos Goytacazes	3
	Cantagalo	1
	Cardoso Moreira	1
	Carmo	1
	Casimiro de Abreu	1
	Conceição de Macabu	1
	Cordeiro	1
	Duas Barras	1
	Duque de Caxias	4
	Guapimirim	1
	Iguaba Grande	1
	Itaboraí	1

DEMAIS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO	Itaguaí	1
	Italva	1
	Itaocara	1
	Itaperuna	1
	Itatiaia	1
	Japeri	1
	Laje do Muriaé	1
	Macaé	3
	Macuco	1
	Magé	2
	Mangaratiba	1
	Maricá	1
	Mendes	1
	Mesquita	1
	Miguel Pereira	1
	Miracema	1
	Natividade	1
	Nilópolis	1
	Niterói	3
	Nova Friburgo	1
	Nova Iguaçu	3
	Paracambi	1
	Paraíba do Sul	1
	Paraty	1
	Paty dos Alferes	1
	Petrópolis	1
	Piraí	1
	Porto Real	1
	Queimados	1
	Resende	2
	Rio Bonito	1
	Rio Claro	1
	Rio das Flores	1
	Rio das Ostras	1
	Santa Maria Madalena	1
	Santo Antônio de Pádua	1
	São Fidélis	1
	São Francisco de Itabapoana	1
	São Gonçalo	2
	São João da Barra	1
	São João de Meriti	1
	São José de Ubá	1
	São Pedro da Aldeia	1
	São Sebastião do Alto	1
	Sapucaia	1
	Saquarema	1
	Seropédica	1



	Sumidouro	1
	Tanguá	1
	Teresópolis	1
	Trajano de Moraes	1
	Três Rios	1
	Valença	1
	Vassouras	1
	Volta Redonda	2

**3.6.4.** Os postos credenciados deverão estar disponíveis todos os dias da semana.

**3.6.5.** Os estabelecimentos credenciados deverão ser idôneos, e possuir registro certificado pela ANP, para abastecimento dos veículos da frota do CRF-RJ, movidos por álcool e gasolina.

**3.6.6.** Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados ao CONTRATANTE para cada veículo, contendo, no mínimo: identificação do condutor, tipo de combustível, número de quilômetros por litro de combustível, quantidade de litros, local, hora e data de cada abastecimento, placa do veículo, valor por litro, valor total, estabelecimento.

**3.6.7.** Implantar sistema de cadastro, gerenciamento e administração de frota de veículos, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

**3.6.7.1.** Identificação do veículo: marca/modelo, placa; tipo de combustível; capacidade do tanque; motorista e outros do interesse do CRF-RJ;

**3.6.7.2.** Controle de abastecimento do veículo: data; hora; tipo de combustível; quantidade de litros; valor total, valor por litro; local do abastecimento; hodômetro;

**3.6.7.3.** Relatório de consumo de combustíveis: por veículo; por combustível, valor do serviço.

**3.6.7.4.** Relatório de despesa: valor bruto por litro de combustível; porcentagem do desconto, valor do desconto; valor líquido do combustível (bruto – desconto).

**3.6.8.** Durante a execução do contrato o CRF-RJ poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade, conveniência e oportunidade.

**3.6.9.** Declaração do participante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

### **Justificativa de Economicidade e Vantajosidade do Modelo de Contratação**

**3.7.** O modelo de contratação proposto — por meio da prestação de serviço especializado de gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos — representa uma solução vantajosa e economicamente eficiente para a Administração Pública, em especial no contexto do CRF-RJ, quando comparado à aquisição direta desses insumos e serviços de forma descentralizada.

**3.7.1.** Em primeiro lugar, a concentração da gestão em uma empresa especializada permite um elevado grau de controle, rastreabilidade e transparência na execução das despesas, reduzindo significativamente os riscos de fraudes, uso indevido de recursos, abastecimentos não autorizados e serviços de lavagem não comprovados. O sistema informatizado permite a

automação do controle, com geração de relatórios analíticos e consolidados, aplicação de limites por veículo ou usuário, e bloqueio remoto de cartões em caso de inconsistência — mecanismos que seriam complexos e custosos de implementar por meios internos.

**3.7.2.** O modelo evita a necessidade de firmar diversos contratos com postos e empresas de lavagem ou realizar reembolsos pontuais, os quais aumentam a burocracia, o risco de falhas no processo e a dispersão da gestão. A contratação única com pagamento centralizado à empresa responsável pelo gerenciamento viabiliza ganhos operacionais, redução de tempo e economia indireta com pessoal administrativo, inspeções e auditorias.

**3.7.3.** Do ponto de vista financeiro, o serviço é remunerado por meio de taxa administrativa sobre os valores efetivamente utilizados, o que assegura proporcionalidade entre pagamento e uso. Como os abastecimentos e lavagens são pagos com base nos valores reais praticados no mercado, sem sobrepreço ou margem oculta, a Administração se beneficia da livre concorrência entre os estabelecimentos credenciados, especialmente em localidades com maior densidade de oferta.

**3.7.4.** É importante destacar que esse modelo possibilita gestão preventiva dos custos por meio da definição de políticas de uso (como limites mensais por veículo, tipos de combustível autorizados, frequência de lavagem permitida etc.), evitando gastos excessivos e otimizando o uso dos recursos públicos.

**3.7.5.** Ademais, a vantajosidade é ampliada pelo fato de que a empresa contratada assume o ônus da operação — incluindo a disponibilização da rede credenciada, atendimento ao usuário, manutenção do sistema e antecipação dos pagamentos aos postos e empresas de lavagem — o que transfere riscos logísticos e financeiros da Administração para o contratado, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a contratação pública.

### **Justificativa Técnica e Econômica**

**3.8.** A escolha da solução de gerenciamento de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos por meio de sistema informatizado, com remuneração baseada em percentual de taxa administrativa, justifica-se sob os aspectos técnico e econômico, como a alternativa mais eficiente, segura e vantajosa para atender às necessidades operacionais do CRF/RJ.

**3.8.1.** Do ponto de vista técnico, essa solução permite a centralização, padronização e controle em tempo real das operações de abastecimento e lavagem, por meio de uma plataforma tecnológica que registra eletronicamente as transações, assegura rastreabilidade, evita fraudes e desvios, e fornece relatórios gerenciais para acompanhamento da execução contratual. Essa automatização reduz significativamente o risco de falhas humanas, aumenta a confiabilidade das informações e facilita a fiscalização por parte da Administração. Além disso, possibilita a utilização de uma rede credenciada de postos e lava-jatos, garantindo cobertura territorial adequada às demandas institucionais, com atendimento conforme os parâmetros técnicos e operacionais previamente definidos.

**3.8.2.** Sob o aspecto econômico, a contratação por meio de taxa administrativa incidente sobre os serviços efetivamente utilizados promove maior racionalização dos recursos públicos, pois a Administração somente pagará pelos serviços efetivamente demandados, sem custo fixo ou repasse antecipado de valores. A competitividade do certame, aliada ao critério de julgamento por maior desconto sobre a taxa, tende a gerar economia direta e objetiva para o órgão. Ademais, a solução elimina a necessidade de controle interno de requisições manuais, reembolsos ou aquisição direta de combustível, reduzindo custos administrativos indiretos e promovendo maior economicidade ao longo do ciclo de vida do contrato.

**3.8.3.** Portanto, a contratação da solução integrada de gerenciamento, via sistema informatizado, representa a alternativa mais alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e controle da administração pública, sendo tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o atendimento contínuo e seguro das necessidades institucionais do CRF/RJ.

**3.9.** A contratação se dará por meio de **LICITAÇÃO**, através de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, fomentando a disputa e ampliando o número de interessados na contratação, no modo aberto, sem inversão de fases;

**3.10.** O objeto da contratação tem a natureza de serviços comuns;

**3.11.** A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**;

**3.12.** A adjudicação do objeto será realizada pelo critério do **Maior Desconto**.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1.** Os produtos comercializados pela contratada e sua rede credenciada devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, conforme o caso;

**4.1.2.** Devem ser observados também os requisitos ambientais (certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**4.1.3.** Os produtos comercializados pela contratada e sua rede credenciada não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

**4.1.4.** Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

**4.1.5.** Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23 /06/2005, e legislação correlata;

**4.1.6.** Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo

órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

**4.1.7.** Não permitir ao estabelecimento credenciado, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008, tais como:

**I** - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

**II** - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados.

**III**- lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

**4.1.8.** Os estabelecimentos credenciados deverão providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n° 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei n° 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4° e 6° da Resolução CONAMA n° 401, de 04/11 /2008, e legislação correlata.

### **Subcontratação**

**4.2.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

**4.3.** Não haverá solicitação de garantia visto que o certame será conduzido adotando o critério de julgamento o Maior Desconto. Na formulação do preço estimado fixamos os quantitativos de serviços e o preço máximo, por esta razão, a remuneração do Contratado ficará vinculada diretamente a sua taxa de serviço. Como consequência disso, o repasse efetivado à empresa ganhadora será de pequeno vulto, situação que torna inviável a cobrança da garantia.

### **Vistoria**

**4.4.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** Início da execução do objeto: A partir da assinatura do contrato.

**5.2.** Em relação ao controle e a segurança do sistema informatizado para fornecimento de combustíveis, cumpre destacar as seguintes tarefas:

**5.2.1.** Adotar sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;

**5.2.2.** Adotar sistema de segurança que impeça o abastecimento de veículos que apresentem número de cartão incompatível com o seu cadastro;

**5.2.3.** Colocar à disposição senhas individuais para os servidores indicados pelo CONTRATANTE para terem acesso ao sistema de gerenciamento informatizado de abastecimento;

**5.2.4.** Permitir o acesso ao sistema de gerenciamento informatizado de abastecimento, para qualquer operação, considerando os níveis de acesso de cada usuário, com exigência prévia de digitação de senha válida do usuário;

**5.2.5.** Efetuar o bloqueio de abastecimento de combustíveis dos veículos, imediatamente após solicitação da CONTRATANTE, o que somente poderá ser feito pelos representantes indicados pelo CONTRATANTE;

**5.2.6.** Permitir a troca periódica ou a validação de senha pessoal dos fiscalizadores do contrato, sempre que houver necessidade;

**5.2.7.** O abastecimento indevido, não autorizado, em duplicidade ou que esteja bloqueado, será considerado falha do sistema e o ônus decorrente não será suportado pelo CONTRATANTE;

**5.2.8.** Permitir a captura de dados como identificação do veículo, data e hora do abastecimento, identificação do posto, do volume abastecido e do hodômetro do veículo de forma automática com a mínima intervenção humana;

**5.2.9.** O sistema deverá permitir a autorização do abastecimento de combustíveis, junto à rede de postos credenciados, por meio de mecanismos instalados nos veículos ou senhas pessoais dos condutores autorizados;

**5.2.10.** O sistema deverá disponibilizar pesquisa de preço praticado pelos postos credenciados com valores atualizados.

**5.2.11.** A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia e por escrito da Administração do CRFRJ.

**5.3.** Em relação ao funcionamento do sistema informatizado, cumpre destacar as seguintes tarefas:

**5.3.1.** A CONTRATADA colocará à disposição da CONTRATANTE, para utilização durante o prazo da vigência contratual, a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração;

**5.3.2.** A CONTRATADA, por meio de sistema de gerenciamento on-line pela internet, deverá disponibilizar relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.), e das despesas de abastecimento de combustível dos veículos da frota;

**5.3.3.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição sistema que permita a consolidação dos dados, permitindo ainda, a concentração dos mesmos e a emissão de relatórios onde o CONTRATANTE indicar;

**5.3.4.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição sistema que permita a informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, datas e horários, além do tipo de combustível, identificação solicitante, identificação do condutor, valor;

**5.3.5.** Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA; se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas ao assunto;

**5.3.6.** A CONTRATADA deverá oferecer transferência de conhecimentos aos gestores e usuários indicados pelo CONTRATANTE quanto à utilização do gerenciamento de todo o sistema e respectivos softwares, bem como dos equipamentos que deverão observar às disposições consignadas nos manuais e procedimentos que os acompanharem; sendo de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados;

**5.4.** O sistema de gerenciamento eletrônico das unidades de abastecimento a ser disponibilizado pela CONTRATADA deverá dispor, no mínimo, dos seguintes requisitos básicos:

**5.4.1.** Identificação do veículo;

**5.4.2.** Identificação dos usuários;

**5.4.3.** Identificação do posto;

**5.4.4.** Valor por litro do combustível;

**5.4.5.** Informação do volume abastecido;

**5.4.6.** Informação da data e hora do abastecimento;

**5.4.7.** Informação da média de quilometragem do veículo;

**5.4.8.** Captura eletrônica, com ou sem necessidade de digitação dos dados de identificação citados;

**5.4.9.** Relatórios gerenciais disponibilizados pela internet que identifiquem, inclusive, a média de consumo de cada veículo entre abastecimentos;

**5.4.10.** Garantia de que todo combustível registrado pela bomba foi abastecido no veículo indicado;

**5.4.11.** Garantia de que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do CRF-RJ e garantia de que os veículos cadastrados só sejam abastecidos com o combustível para o qual estão autorizados;

**5.5.** A CONTRATADA deverá disponibilizar os procedimentos, metodologias e tecnologias, fazendo a implantação do sistema integrado através do uso de tecnologia de cartões para os veículos, visando um controle eletrônico do consumo de combustíveis e de lavagens, o qual deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas de abastecimentos, de forma e



preparado para produzir efetivamente todos os benefícios diretos e indiretos previstos no **prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, bem como produzir os seguintes relatórios gerenciais, via Web:

**5.5.1. Relatório de Composição da Frota:** Este relatório terá como fundamento permitir ao Gestor identificar a quantidade total de veículos cadastrados no Sistema, possibilitando a classificação através de diferentes formas, seja por Fabricante, Modelo, Versão ou Ano de Fabricação, por potência do motor, por Coordenação e por Postos.

**5.5.2. Relatório de Histórico de Veículo:** Este relatório deverá listar todas as operações realizadas quer seja por um veículo ou por todos os veículos da frota, contendo as seguintes informações: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, combustível adquirido (tipo e quantidade), valor da operação e saldo.

**5.5.3. Relatório de Análise de Consumo de Combustível:** Este relatório deverá permitir ao Gestor avaliar, para um determinado tipo de combustível, a performance dos veículos em termos de consumo (km/l) em um determinado período, por Coordenação e Postos.

**5.5.4. Relatório de Histórico de Quilometragem da Frota:** Este relatório deverá informar a quilometragem percorrida por veículo da frota em determinado período definido, por Coordenação e Postos.

**5.5.5. Relatório de Preços Praticados nos Postos:** Este relatório deverá identificar os combustíveis adquiridos cujos preços unitários estejam dentro de uma faixa de preços estabelecida, pela ANP.

**5.5.6. Relatório de Utilização de Mercadorias por Estabelecimento:** Este relatório deverá apresentar a operacionalização dos serviços individualizada por estabelecimento a fim de identificar inclusive o tipo de operação.

**5.5.7. Relatório de Utilização de Mercadorias por Usuário:** Este relatório deverá apresentar a utilização dos serviços por usuário, identificando inclusive o tipo de operação efetuada.

**5.5.8. Relatório de Utilização de Mercadorias por Veículo:** Este relatório deverá possibilitar a verificação da utilização dos serviços na rede de estabelecimentos credenciados, por veículo, separados por tipo de operação efetuada.

**5.5.9. Relatório de Desvio de hodômetro por Veículo:** Este relatório deverá possibilitar a verificação de eventuais divergências verificadas quando da captação da quilometragem dos veículos.

**5.5.10. Relatório de Desvio de Consumo de Combustível:** Este relatório deverá possibilitar a verificação de eventuais divergências verificadas quando da captação da quantidade de litros abastecidos pelos veículos.

**5.5.11. Relatório de Extrato de Conta Portador / Conta Base:** O relatório de Conta Portador servirá para verificar o extrato da conta do veículo e o saldo existente a fim de acompanhar as despesas realizadas pelos veículos em um período definido.

**5.5.12. Relatório de Evolução de Despesas da Frota:** Este relatório deverá possibilitar a verificação da evolução de despesas da frota dentro de um determinado período.

**5.5.13. Relatórios Especiais:** Este relatório deverá possibilitar a extração de relatórios especiais, partindo da base de dados disponibilizada, para desenvolvimento de gerenciamento específico, desde que contemplados no sistema.

**5.5.14.** Outros relatórios de interesse do CRF-RJ.

**5.6.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, também, os procedimentos, metodologias e tecnologias que permitam os seguintes serviços:

**5.6.1.** Operação do gestor e/ou Fiscal do Contrato via WEB e/ou SAC;

**5.6.2.** Bloqueio temporário e/ou cancelamento de cartão;

**5.6.3.** 2ª via de cartão;

**5.6.4.** Crédito extra ou retirada de crédito; e

**5.6.5.** Verificação de saldos e transferência de créditos entre cartões.

**5.6.6.** O acesso à base gerencial, para qualquer operação, somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;

**5.6.7.** O bloqueio do uso do abastecimento de veículo deverá ser imediato, e somente poderá ser feito pela unidade responsável pelo gerenciamento dos serviços da CONTRATANTE;

**5.6.8.** Sempre que houver necessidade deverá ser possível à troca de senha de acesso;

**5.6.9.** O sistema deverá permitir a autorização do abastecimento de combustíveis junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede credenciada por meio de identificação eletrônica;

**5.6.10.** O sistema deverá prover meios para que a Administração possa limitar, por unidade usuária e por veículo, a quantidade a ser abastecida.

**5.6.11.** O contrato entra em vigor na data de sua assinatura. Será realizada uma reunião entre o CRF-RJ e a CONTRATADA, com o objetivo de discutir e formalizar as providências necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação das partes, em especial quanto à:

**5.6.11.1.** Data de início dos serviços;

**5.6.11.2.** Apresentação dos prepostos;

**5.6.11.3.** Cadastramento de pessoal;

**5.6.11.4.** Procedimentos inerentes à medição e faturamento;

**5.6.11.5.** Forma de pagamento;

**5.6.11.6.** Outros assuntos.

**5.6.12.** Poderão ser realizadas, posteriormente, de acordo com as necessidades, outras reuniões entre as partes, em local, hora e data a serem acordados entre as áreas de Gerenciamento de Contratos do CRF-RJ e CONTRATADA, devendo esta fazer representar pelo preposto mencionado acima.

**5.6.13.** Todos os assuntos definidos e acertados nas reuniões serão registrados em ata.



## **Materiais a serem disponibilizados**

**5.7.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**5.7.1.** A CONTRATADA deverá confeccionar os cartões magnéticos imprimindo em cada um a identificação da CONTRATANTE, ou meio de controle similar;

**5.7.2.** O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da CONTRATANTE;

**5.7.3.** A CONTRATADA deverá fornecer pelo menos **01 (um) cartão magnético para cada veículo** pertencente à frota do CRF-RJ, com substituição sempre que solicitado, bem como a disponibilização de **03 (três) cartões tipo “CORINGA”** sem ônus para a CONTRATANTE, ou meio de controle similar.

**5.8.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.8.1.** Declaração e listagem dos postos de serviços credenciados no Estado do Rio de Janeiro, de forma a permitir atendimento continuado para veículos em viagem sem prejuízo do tempo de deslocamento.

**5.8.2.** A CONTRATADA deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos credenciados objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, horários de funcionamento, presteza no atendimento, entre outros;

**5.8.3.** A CONTRATADA deverá acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, por problemas de qualidade do combustível fornecido, e divulgar imediatamente ao gestor do contrato formalizado com ao CRF-RJ;

**5.8.4.** Caso algum dos postos credenciados pela CONTRATADA constar da relação divulgada pela ANP (conforme item 5.8.3.), a mesma deverá providenciar o novo credenciamento, se necessário, para substituir o anterior no prazo **máximo de 30 (trinta) dias**.

**5.8.5.** A CONTRATADA deverá implantar o Sistema no Setor de Transportes do CRF-RJ no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

**5.8.6.** Implantar sistema informatizado:

**5.8.6.1.** O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:

**a)** Cadastramento dos veículos;

**b)** Definição da logística da rede de postos credenciados;

**c)** Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

**d)** Fornecimento ao CRF-RJ dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;

**e) Treinamento dos condutores, gestor e fiscais; e**

**f) Fornecimento dos cartões para os veículos.**

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato, a entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

**6.6.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

**6.7.** O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto **durante o período de execução do contrato.**

**6.8.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

**6.10.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.11.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.12.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.13.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.17.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

**6.18.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.19.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

**6.20.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.20.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.20.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.20.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.20.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.20.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.20.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.20.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.2.1.** não produziu os resultados acordados,

**7.2.2.** deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.3.** deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Do recebimento

**7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.5.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com comprovação da prestação dos serviços que se referem a parcela a ser paga.

**7.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**7.7.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.9.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

**7.10.** Ao final de cada período de faturamento:

**7.10.1.** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**7.11.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.12.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.13.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.14.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.15.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.17.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **2 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.17.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.17.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.17.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.17.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.17.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.21.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.22.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I)** o prazo de validade;
- II)** a data da emissão;
- III)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV)** o período respectivo de execução do contrato;
- V)** o valor a pagar; e
- VI)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.24.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.25.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.26.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**7.26.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**7.26.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.27.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.28.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.29.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.30.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**7.31.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.32.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** - de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**7.33.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**7.34.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.35.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.35.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.36.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

**7.37.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **1 (um) ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.

**7.38.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.39.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.40.** No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

**7.41.** Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.42.** Caso os índices estabelecidos para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.43.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.44.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.2.4.** Multa:

**8.2.4.1.** Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

**8.2.4.2.** Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**8.2.4.2.1.** O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**8.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**8.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, no modo de disputa aberto, sem inversão de fases.

### **Regime de Execução**

**9.2.** O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**.

### **Exigências de habilitação**

**9.3.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.11. Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.14.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.18.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.19.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.20.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.21.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

**9.22.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.23.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

**9.23.1.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.24.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos**;

**9.25.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.26.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.27.** Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

**9.27.1.** a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

**9.27.2.** caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a **10% (dez por cento)**, para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

**9.28.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

**9.29.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**9.29.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.29.1.1.** Considerar-ser-á como pertinente e compatível, em características e quantidades, com o objeto da presente contratação, a comprovação da prestação de serviços terceirizados, por meio de atestados cujo somatório corresponda a **50% (cinquenta por cento)** do correspondente quantitativo alvo desta contratação a serem contratados/adquiridos para um período de **12 (doze) meses**, observados os quantitativos mencionados neste termo de referência;

**9.29.2.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

**9.29.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.29.4** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**9.29.5.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.30.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**9.31.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

**9.32.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.33.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.34.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.35.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.36.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

**9.37.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**9.37.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**9.37.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**9.37.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.37.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**9.37.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**9.37.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**9.37.6.1.** ata de fundação;

**9.37.6.2.** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**9.37.6.3.** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**9.37.6.4.** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

**9.37.6.5.** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

**9.37.6.6.** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

**9.37.6.7.** última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 324.297,81 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos)**, conforme Estudo Técnico Preliminar, **anexo IV** deste termo.

**10.2.** Importante frisar que o critério de julgamento será de Maior desconto sobre a taxa de Serviço.

**10.3.** A pesquisa de preços foi realizada com base no artigo 5º, incisos IV da IN Nº 65/SEGES/ME, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total do Item	Taxa de Serviço	Valor Taxa de Serviço	Valor Total (Item + Taxa de Serviço)
01	01	Gasolina	Litros	37.000	R\$ 7,79	R\$ 288.230,00	1,75 %	R\$ 5.044,03	R\$ 293.274,03
	02	Etanol	Litros	5.000	R\$ 5,49	R\$ 27.450,00		R\$ 480,38	R\$ 27.930,38
	03	Lavagem	Serviço	60	R\$ 50,67	R\$ 3.040,20		R\$ 53,20	R\$ 3.093,40
Valor Global									R\$ 324.297,81

**10.4.** A estimativa apresentada no **item 10.1.** teve por base o Levantamento de Preços de Combustíveis disponibilizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas> , referente ao período de 30/03/2025 a 05/04/2025.

**10.4.1.** Os dados inseridos foram filtrados a fim de se enquadrarem à realidade deste certame, levando em consideração apenas as cidades do estado do Rio de Janeiro, conforme tabela abaixo e.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Síntese dos Preços Praticados - RIO DE JANEIRO  
Resumo I - Gasolina R\$/L  
Período: De 30/03/2025 a 05/04/2025

MUNICÍPIO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	MARGEM MÉDIA
RIO DE JANEIRO	84	R\$ 6,18	0,329	R\$ 5,46	R\$ 7,79	0,053
SAO GONCALO	17	R\$ 6,13	0,448	R\$ 5,79	R\$ 7,39	0,073
NOVA FRIBURGO	11	R\$ 6,52	0,458	R\$ 5,69	R\$ 6,88	0,070
ANGRA DOS REIS	8	R\$ 6,69	0,067	R\$ 6,59	R\$ 6,79	0,010
BARRA DO PIRAI	8	R\$ 6,67	0,156	R\$ 6,48	R\$ 6,79	0,023
TRES RIOS	5	R\$ 6,73	0,055	R\$ 6,69	R\$ 6,79	0,008
ITAPERUNA	8	R\$ 6,58	0,048	R\$ 6,53	R\$ 6,69	0,007
PETROPOLIS	14	R\$ 6,51	0,092	R\$ 6,29	R\$ 6,69	0,014
CABO FRIO	8	R\$ 6,57	0,061	R\$ 6,48	R\$ 6,67	0,009
ARARUAMA	8	R\$ 6,37	0,173	R\$ 5,99	R\$ 6,59	0,027
CAMPOS DOS GOYTACAZES	10	R\$ 6,54	0,049	R\$ 6,49	R\$ 6,59	0,007
MACAE	9	R\$ 6,49	0,059	R\$ 6,45	R\$ 6,59	0,009
VALENCA	8	R\$ 6,20	0,328	R\$ 5,79	R\$ 6,59	0,053
BARRA MANSA	10	R\$ 6,27	0,140	R\$ 6,09	R\$ 6,49	0,022
RESENDE	8	R\$ 6,14	0,208	R\$ 5,89	R\$ 6,49	0,034
SANTO ANTONIO DE PADUA	10	R\$ 6,21	0,200	R\$ 5,99	R\$ 6,49	0,032
VOLTA REDONDA	11	R\$ 6,38	0,086	R\$ 6,24	R\$ 6,49	0,013
MARICA	8	R\$ 6,04	0,273	R\$ 5,69	R\$ 6,39	0,045
NITEROI	17	R\$ 5,91	0,183	R\$ 5,69	R\$ 6,39	0,031
SAQUAREMA	7	R\$ 6,29	0,112	R\$ 6,09	R\$ 6,39	0,018
RIO BONITO	7	R\$ 6,06	0,245	R\$ 5,79	R\$ 6,38	0,040
NOVA IGUAÇU	14	R\$ 5,99	0,169	R\$ 5,75	R\$ 6,35	0,028
DUQUE DE CAXIAS	17	R\$ 5,97	0,168	R\$ 5,75	R\$ 6,28	0,028
NILOPOLIS	8	R\$ 5,97	0,132	R\$ 5,89	R\$ 6,28	0,022
ITABORAI	9	R\$ 6,02	0,150	R\$ 5,79	R\$ 6,24	0,025
BELFORD ROXO	8	R\$ 5,97	0,135	R\$ 5,75	R\$ 6,19	0,023
SAO JOAO DE MERITI	10	R\$ 6,01	0,096	R\$ 5,87	R\$ 6,19	0,016

Data de emissão: 08/04/2025

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Síntese dos Preços Praticados - RIO DE JANEIRO  
Resumo II - Etanol R\$/L  
Período: De 30/03/2025 a 05/04/2025

MUNICÍPIO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	MARGEM MÉDIA
SAO GONCALO	16	R\$ 4,62	0,375	R\$ 4,19	R\$ 5,49	0,081
RIO DE JANEIRO	69	R\$ 4,64	0,262	R\$ 4,19	R\$ 5,39	0,057
TRES RIOS	5	R\$ 5,33	0,055	R\$ 5,29	R\$ 5,39	0,010
BARRA DO PIRAI	6	R\$ 5,09	0,228	R\$ 4,73	R\$ 5,29	0,045
ANGRA DOS REIS	6	R\$ 5,07	0,098	R\$ 4,99	R\$ 5,19	0,019
PETROPOLIS	13	R\$ 5,11	0,049	R\$ 5,07	R\$ 5,19	0,010
CABO FRIO	8	R\$ 5,01	0,083	R\$ 4,89	R\$ 5,17	0,017
NOVA IGUAÇU	14	R\$ 4,55	0,204	R\$ 4,25	R\$ 5,10	0,045
ITABORAI	10	R\$ 4,66	0,216	R\$ 4,29	R\$ 5,09	0,046
MACAE	7	R\$ 4,98	0,070	R\$ 4,85	R\$ 5,09	0,014
VALENCA	7	R\$ 4,74	0,276	R\$ 4,39	R\$ 5,09	0,058
BARRA MANSA	9	R\$ 4,74	0,147	R\$ 4,59	R\$ 5,05	0,031
NOVA FRIBURGO	10	R\$ 4,66	0,344	R\$ 3,99	R\$ 5,05	0,074
RESENDE	8	R\$ 4,69	0,245	R\$ 4,39	R\$ 4,99	0,052
SANTO ANTONIO DE PADUA	10	R\$ 4,69	0,258	R\$ 4,34	R\$ 4,99	0,055
VOLTA REDONDA	10	R\$ 4,86	0,114	R\$ 4,69	R\$ 4,99	0,023
CAMPOS DOS GOYTACAZES	8	R\$ 4,80	0,132	R\$ 4,69	R\$ 4,98	0,027
NILOPOLIS	8	R\$ 4,52	0,189	R\$ 4,39	R\$ 4,98	0,042
ARARUAMA	8	R\$ 4,70	0,123	R\$ 4,49	R\$ 4,89	0,026
MARICA	7	R\$ 4,50	0,302	R\$ 4,19	R\$ 4,89	0,067
RIO BONITO	7	R\$ 4,57	0,254	R\$ 4,29	R\$ 4,89	0,056
SAO JOAO DE MERITI	10	R\$ 4,55	0,176	R\$ 4,19	R\$ 4,89	0,039
SAQUAREMA	7	R\$ 4,67	0,177	R\$ 4,39	R\$ 4,89	0,038
ITAPERUNA	7	R\$ 4,72	0,071	R\$ 4,65	R\$ 4,85	0,015
DUQUE DE CAXIAS	15	R\$ 4,56	0,172	R\$ 4,29	R\$ 4,79	0,038
BELFORD ROXO	7	R\$ 4,57	0,164	R\$ 4,25	R\$ 4,72	0,036
NITEROI	15	R\$ 4,42	0,179	R\$ 4,19	R\$ 4,69	0,041

Data de emissão: 08/04/2025

10.4.2. Para a elaboração da Estimativa do Valor da Contratação levamos em consideração o Preço Máximo praticado no estado, a fim de fomentar a disputa e possibilitar o abastecimento em qualquer posto credenciado.

10.5. A quantidade estimada baseia-se no consumo de 2024, conforme levantamento demonstrado na tabela abaixo.



Combustível	Total Litros	Valor Total
Etanol	2.967,62	R\$ 12.593,87
Gasolina Comum	22.592,36	R\$ 137.117,46
<b>Total Geral</b>	<b>25.559,98</b>	<b>R\$ 149.711,33</b>

Item	Total Litros	Valor Total
Etanol	2.967,62	R\$ 12.593,87
Gasolina Comum	22.592,36	R\$ 137.117,46
<b>Total Geral</b>	<b>25.559,98</b>	<b>R\$ 149.711,33</b>

**10.5.1.** Atualmente possuímos 14 carros na frota do Conselho Regional de Farmácia. Para 2025, com a finalização do processo administrativo 06/2025 - Pregão Eletrônico 90010/2025, nosso quantitativo veicular aumentará para um total de 21 unidades. Diante disto, tal acréscimo também foi considerado na formulação de nossa estimativa de gastos.

**10.6.** Ao analisar processos similares, não localizamos nenhum que constasse além do serviço de abastecimento o serviço de lavagem, o que tornou imprecisa a estipulação da taxa administrativa.

**10.7.** Por esta razão não foi possível utilizar exclusivamente os dados disponíveis no Painel de Preços ou no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br, tendo em vista que a maioria das contratações similares disponíveis nesses sistemas não contempla, de forma integral, os serviços que se pretende contratar, especialmente no que se refere à lavagem dos veículos. As contratações encontradas referem-se, em sua maioria, apenas ao serviço de gerenciamento de combustível e reparo veicular, o que inviabilizaria uma estimativa completa e compatível com as reais necessidades do CRF/RJ.

**10.8.** Para sanar tal deficiência, optou-se por realizar pesquisa de preços diretamente junto a fornecedores do mercado, com o objetivo de levantar o percentual de administração praticado pelas empresas especializadas na prestação do serviço de gerenciamento de abastecimento e lavagem de veículos, tendo sido solicitado por e-mail o envio de propostas com validade mínima de 30 (trinta) dias. Para estimar o custo do combustível, utilizou-se como base o preço médio semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), considerado fonte oficial e atualizada, que reflete os valores médios praticados no mercado varejista do Estado do Rio de Janeiro.

**10.9.** Quanto ao serviço de lavagem veicular, diante da ausência de dados atualizados e padronizados em bases públicas, foi adotado como referência o histórico de contratações anteriores realizadas pelo próprio CRF/RJ, com atualização dos valores com base em índices oficiais, o que possibilitou uma estimativa coerente com os preços praticados no mercado local.

**10.10.** Portanto, a metodologia adotada buscou refletir com fidedignidade os custos envolvidos na contratação pretendida, considerando a realidade do mercado e a composição efetiva do objeto, garantindo maior precisão na estimativa orçamentária. A não utilização de outras fontes públicas de pesquisa, como contratações de outros entes ou sistemas governamentais, justifica-se pela ausência de dados compatíveis com o escopo completo do serviço, o que poderia comprometer a adequação e a exatidão do valor estimado.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** A despesa decorrente da contratação do objeto desta contratação correrá à conta de rubrica **6.2.2.1.1.01.04.04.001.009 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos**, do orçamento de 2025.

**11.2.** A Contratação está planejada no **PCA-2025** sob a numeração **389455-51/2025**.

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2025.

  
Maria Luiza Massa Gomes Oliveira

**ADMINISTRADORA**

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 )**

**Não se aplica.**

## **14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**14.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, prorrogável por **até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**14.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**14.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**14.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**14.2.4.** Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

**14.2.5.** Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

**14.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

**14.3.** O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**14.4.** A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**14.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**14.6.** A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**15.1.** São obrigações do Contratante:

**15.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**15.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**15.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**15.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**15.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**15.1.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

**15.1.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

**15.1.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do Conselho para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**15.1.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**15.1.9.1.** A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**15.1.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

**15.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**15.1.12.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.1.13.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**15.1.14.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**15.1.15.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**15.1.16.** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e /ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**15.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

**16.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**16.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução contratual.

**16.1.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**16.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**16.1.4.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**16.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**16.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**16.1.7.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**16.1.8.** Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.1.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**16.1.9.1.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**16.1.9.2.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**16.1.9.3.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

**16.1.9.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**16.1.9.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**16.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**16.1.11.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**16.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**16.1.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**16.1.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

**16.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**16.1.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**16.1.17.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

**16.1.18.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

**16.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

**16.1.20.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

**16.1.21.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

**16.1.22.** Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**16.1.23.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**16.1.24.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**16.1.25.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**16.1.26.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.1.27.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**16.1.28.** Manter os créditos pelo período de **90 dias** após o término do contrato;

**16.1.29.** Manter rede credenciada atualizada para a correta prestação do serviço;

**16.1.30.** Realizar reposição de cartões magnéticos defeituosos em um período máximo de **02 (dois) dias úteis**;

**16.1.31.** Os saldos remanescentes por ocasião de troca serão transferidos automaticamente para o novo cartão emitido;

**16.1.32.** Os cartões magnéticos deverão ser recarregados no prazo de **01 (um) dia útil** a contar da solicitação do CRF-RJ;

**16.1.33.** Manter central de relacionamentos ativa nos **7 (sete) dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia**.

## **17. 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**17.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**17.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**17.6.** É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**17.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**17.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**17.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**17.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**17.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**17.11.** O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**17.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **18. 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**18.2.** A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

**18.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência desse dia.

**18.4.** Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **2 (dois) meses** da data da comunicação.

**18.5.** A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**18.5.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



**18.5.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

**18.5.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**18.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**18.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**18.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**18.6.3.** Indenizações e multas.

**18.7.** A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**18.8.** A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. 7. DOS CASOS OMISSOS**

**19.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **20. 8. ALTERAÇÕES**

**20.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado da contratação.

**20.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

**20.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

**20.5.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 21. 9. FORO

**21.1.** Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 22. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 08/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro, ..... de ..... de 2025.

---

(Nome e *Cargo do Representante Legal*)

## 23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA LUIZA MASSA GOMES OLIVEIRA**

Administradora

**CAMILO ANTONIO ALVES DE CARVALHO**

Autoridade competente